



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
LISBOA

A aprendizagem ao longo da vida nos documentos de política da União Europeia (2000-2025)

Resumo

Nas últimas três décadas, a aprendizagem ao longo da vida emergiu como conceito político, muito mais do que educacional, tendo-se consolidado como tópico recorrente nos documentos de política da União Europeia. Trata-se, hoje, de um topos, de um lugar-comum, cuja presença se tornou tão indispensável quanto inquestionável, não obstante a sua origem pouco debatida, as oscilações conceptuais que evidencia, as ambiguidades que comporta.

A União, que durante as suas primeiras décadas foi limitada pelo Tratado de Roma (1957) à cooperação em matérias de formação profissional, foi progressivamente intervindo na educação e formação e adotou, a partir do Tratado de Maastricht (1992) e, com maior intensidade, desde o Tratado de Lisboa (2007), políticas de “harmonização” e de europeização, bem como novos processos de governação.

A aprendizagem ao longo da vida, já não entendida como dimensão da educação, mas compreendendo agora, no seu âmago, a educação e a formação, numa reviravolta conceptual que merece discussão, passou a constituir o núcleo da estratégia económica e social da chamada “Europa das competências”. Nesse contexto, o investimento em recursos humanos, em competências e em qualificações para o mercado de trabalho, isto é, associado às “motivações económicas” da aprendizagem ao longo da vida, foi considerado central, relegando para plano subalterno a miríade de dimensões pessoais e sociais do desenvolvimento humano, da solidariedade e da democracia, e ainda do direito à educação como processo de humanização dos seres humanos, para além da lógica da produção de “capital humano”.

É esse discurso dos défices, frequentemente de feição instrumental e utilitária, a partir da identificação de lacunas de habilidades, de qualificações e de competências, contraposto a uma visão hiperbólica relativamente às capacidades todo-poderosas da aprendizagem como “motor” da competitividade económica, da produtividade e do crescimento, que será analisado, tendo por base um conjunto de documentos de política relevantes, elaborados durante o período compreendido entre os anos 2000 e 2025.

Academia das Ciências de Lisboa, 18 de junho de 2026